

## EDUCAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

ABREU, T. L. de A\*<sup>\*</sup>; OLIVEIRA, A. A. R.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

<https://orcid.org/0000-0002-4865-1801>

tatiana.abreu@ifpb.edu.br\*

Submetido 14/09/2022 – Aceito 20/01/2023

DOI: 10pts.15628/holos.2023.15202

### RESUMO

A Economia Solidária - ES consiste em experiências econômicas fundamentadas em valores diferenciados e praticadas com autogestão. O objetivo deste trabalho é entender a educação como um fator de fortalecimento da ES, destacando algumas das temáticas educativas demandadas pelos seus trabalhadores e trabalhadoras. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva e qualitativa. A coleta de dados se deu com a Coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira (PB) e Região, por meio de um grupo focal e

entrevistas semiestruturadas, que foram analisadas a partir da análise de discurso (linha francesa). Defende-se que a educação pode ser realizada nos mais diversos espaços, sendo possível considerá-la, principalmente a educação não formal, como instrumento de cidadania, libertação e emancipação, ainda mais se aliada à educação popular. Ainda, foi possível constatar diversas demandas formativas por esse público, relacionadas à gestão dos empreendimentos, aspectos organizacionais, mas, principalmente, sobre os valores que norteiam a ES.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária, Educação não formal, Educação Popular, Autogestão.

### EDUCATION AS AN INSTRUMENT TO STRENGTHEN SOLIDARITY ECONOMY WORKERS

### ABSTRACT

The Solidarity Economy - SE consists of economic experiences based on differentiated values and practiced with self-management. The objective of this work is to understand education as a factor for strengthening of SE, highlighting some of the educational themes demanded by its workers. This research is characterized as exploratory, descriptive and qualitative. Data collection took place with the Coordination of the Solidarity Economy Forum of Guarabira (PB) and Region, through a focus group and semi-structured interviews, which were

analyzed based on discourse analysis (French perspective). It is argued that education can be carried out in the most diverse spaces, being possible to consider it, mainly non-formal education, as an instrument of citizenship, liberation and emancipation, even more if allied to popular education. Still, it was possible to verify several training demands by this public, related to the management of the enterprises, organizational aspects, but, mainly, about the values that guide ES.

**KEYWORDS:** Solidarity Economy, Non-Formal Education, Popular Education, Self-Management.

## 1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) consiste em uma forma diferente de realizar atividades econômicas de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, tendo como alicerce uma diferente forma de organização do trabalho, fundamentada em valores e princípios diferenciados, entre os quais se destacam a cooperação, a autogestão e a busca pela emancipação (SINGER,2005). É por meio desses valores diferenciados e da propriedade coletiva dos meios de produção que a ES desponta como uma forma alternativa de ‘estar no mundo’.

Segundo Silva e Nagem (2012, p. 311), os trabalhadores e trabalhadoras da ES viram nela uma oportunidade de inclusão social. Singer (2015) corrobora essa visão e defende que a construção da ES é uma estratégia de organização da produção que permite, na medida em que se fortalece, dar a muitos, “que esperam em vão um novo emprego” (p. 138), uma alternativa para reingressar na produção. No entanto, podemos considerar a ES como algo a mais: “escolas” de produção e uma diferente “cultura do trabalho”, que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do sistema capitalista” (Tiriba, 2008, p. 2).

Diante desse potencial, os desafios para a sustentabilidade desses grupos se apresentam cotidianamente. Leite (2009) percebeu uma série de dificuldades enfrentadas pelos EES, tais como “A defasagem tecnológica, a falta de recursos, a baixa escolaridade dos associados, o uso de mão-de-obra intensiva (...) as longas jornadas que exaurem os trabalhadores (...) o pouco compromisso dos trabalhadores com o ideal autogestionário” (p. 45). De fato, os trabalhadores e as trabalhadoras da ES apresentam diversas dificuldades operacionais devido ao caráter dual da produção, pois buscam praticar outros valores, mas estão condicionados às leis de mercado capitalista. Além disso, a maioria deles(as) não possui experiências de educação e formação duradouras, seja de caráter técnico-científico ou até mesmo no nível de ensino escolar.

Segundo Althusser (1985), a educação, enquanto parte da engrenagem superestrutural do sistema capitalista, contribui para o fortalecimento do sistema, assim como estimula valores condizentes com o ideário capitalista. Entretanto, podemos considerá-la, também, como um instrumento essencial para a transformação da realidade do povo. Mais especificamente, nas práticas educativas, encontra-se um potencial de emancipação (Freire, 1987).

Diante do exposto, buscou-se responder aos seguintes questionamentos: como a educação pode contribuir para o fortalecimento da Economia Solidária? Quais as principais temáticas educativas demandadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da ES?

Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em entender a educação como um fator de fortalecimento da ES destacando, inclusive, algumas das temáticas educativas demandadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da ES.

Vale destacar que discutir educação e ES, na perspectiva de trazer avanços no processo formativo deste público, representa uma contribuição efetiva para o fortalecimento da ES, já que

os espaços formativos constituem base de sustentação desta forma diferente de estar no mundo, como defende Singer (2005).

## 2 EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM DISCURSO PARA ALÉM DO CAPITAL

Movidos pela égide do capital, na sociedade capitalista, os homens se inter-relacionam na produção e na vida social de forma específica. A partir de uma concepção dialética, as normas, as legislações, a cultura, a religiosidade e a educação apresentam uma relação bilateral com uma base econômica que tem como essência a dicotomia de classe e a busca pelo capital, como valor que gera mais valor. Esta busca é baseada na mistificação das relações sociais (Marx, 2008).

Para Althusser (1985), a escola é o aparelho ideológico do Estado. Este, por sua vez, tem como objetivo manter e (re)criar condições favoráveis ao desenvolvimento do capital, na sociedade Capitalista, fato que não exclui o processo de organização e modernização das diretrizes que orientam a educação brasileira, diretrizes essas que são a base da educação formal no país.

Nesta perspectiva, é possível encontrar, na história da educação brasileira, uma variedade de projetos e tentativas de consolidação das diretrizes para a educação nacional (Libaneo, 2012). Essas diretrizes apresentam pontos de avanços e retrocessos, mas, em aspectos gerais, não alteram a dualidade estrutural que caracteriza a educação brasileira (Moura, 2014). Esta dualidade tem como base o caráter classista e privilegiador da educação, que separa o trabalho intelectual e o trabalho manual e que forma seres humanos incapazes de realizarem uma visão crítica sobre as leis (entendidas como) naturais da sociedade. Desta forma, partindo deste pressuposto, a educação escolar contribui para a manutenção do sistema. Então, podemos considerar a educação apenas como uma ferramenta do capital?

Na verdade, não podemos limitar as práticas pedagógicas a apenas espaços escolares, e sim na perspectiva da existência dos variados espaços educativos, fomentados pela educação formal, informal e não formal.

A educação formal é desenvolvida em espaços sistematizados, inseridos em planejamentos pedagógicos das escolas (Gohn, 2010). A educação informal “Ocorre nas experiências do dia-a-dia” (Almeida, 2014, p. 03). Já a educação não formal ocorre fora dos muros das escolas, mas requer planejamento e adaptação aos mais diversos cenários (Almeida, 2014). Desta forma, estávamos tratando até esse momento do perfil da educação formal brasileira. Então, em relação à educação informal e não formal, valem algumas considerações.

A educação informal é aquela cujos primeiros professores são os pais, mães e responsáveis. Segundo Almeida (2014, p. 09), “a educação informal resultado das ações e influências que permeiam a vida dos indivíduos, o ambiente sociocultural”. Assim, esta educação, a partir do momento em que dissemina e fortalece normas e uma cultura que mantém o *status quo*, cumpre com o seu papel de sustentação do sistema.

Já a educação não formal compõe uma ampla variedade de atos pedagógicos que visam atender interesses específicos de determinados grupos. Por isso, tem se destacado nas práticas de

diversas entidades que buscam mudanças na sociedade, tais como movimentos sociais, ONGs, grupos de extensão vinculados às entidades de ensino formal etc., além de acontecer visando valorizar a cultura da comunidade. Mesmo assim, segundo Afonso (2001), ela não está isenta das pressões sistêmicas para o fortalecimento do capital, como destaca o autor: “Até mesmo a educação não formal pode ser redefinida em função de interesses e poderemos muito diversos daqueles que constituíram até o momento” (Afonso, 2001, p.32).

Assim, a educação, entendida a partir dos seus diversos espaços, precisa ser vista para além de uma ferramenta do capital. Isso porque o projeto educacional (aqui podemos considerar a unidade entre formal, não formal e informal), que é potencialmente dual, está em disputa.

Segundo Rodrigues e Tamanini (2012), é preciso ver a educação para além das dimensões curriculares da educação formal, assim como se deve considerar, no processo de aprendizagem, a cultura como herança e socialização permanente de saberes. Ao pensar desta forma, os autores defendem a necessidade de estabelecer práticas educativas comprometidas com a dignidade e a vida de todos e todas e que ultrapassem os muros das escolas. Por isso, tem-se, a seguir, um diálogo mais específico sobre a educação não formal, na perspectiva de chegarmos mais próximos da resposta à problemática proposta aqui.

## 2.1 A educação não formal

Para Gohn (2010), a educação não formal deve ser entendida como mais um espaço de formação, que, apesar de ter uma organização diferenciada, possui intencionalidade, ou seja, “o aprendizado não é espontâneo, não é dados por características da natureza, não é algo naturalizado” (Gohn, 2010, p. 16). Gohn (2011), em outra obra, traz a perspectiva de abordar a educação não formal como promotora de mecanismos de inclusão social, promovendo o acesso aos direitos à cidadania.

A mesma autora (Gohn, 2010; 2011) ainda destaca as áreas de abrangência da educação não formal: I) A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, ou seja, o processo de conscientização dos indivíduos para se ter uma compreensão política do mundo que o cerca, para além dos problemas emergentes locais; II) A capacitação dos indivíduos para o trabalho, através do desenvolvimento de aprendizagens e habilidades, com o desenvolvimento de potencialidades; III) A aprendizagem e práticas que capacitam o indivíduo a se organizar com objetivos comunitários, com vistas à solução de problemas coletivos cotidianos, assim como construção e reconstrução da identidade coletiva do grupo; IV) aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados.

Para Oliveira e Dias (2017, p. 1), “a educação não formal configura-se como um primeiro passo no processo de libertação e transformação na vida daqueles que integram os espaços educativos não formais”. Então, a fim de que a educação contribua com o avanço para além do capital, suas práticas precisam ser desenvolvidas com o a finalidade expressa por Gohn (2010, p. 19): “abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações social”. Na verdade, o conceito de educação não formal, dado pela autora supracitada, demonstra claramente seu potencial subversivo:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios de formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (Gohn, 2010, p. 33)

Uma das áreas de abrangências da educação não formal está relacionada diretamente ao trabalho, especificamente à aprendizagem, para que se possa desenvolver potenciais e habilidades (Almeida, 2014). Ainda assim, segundo Gohn (2010, 2011), a educação não formal é fruto das experiências compartilhadas de forma coletiva, e a sua intenção está relacionada à formação de uma cultura política. O objetivo é estimular a formação de laços de coletividade, por meio do fomento de interesses em comum que sejam baseados na solidariedade e na autoestima, possibilitando o fomento de sujeitos da mudança, que compreendam criticamente o contexto social e cultural que os rodeia no qual, por consequência, estão inseridos.

## 2.2 Economia Solidária e Educação não formal

A ES fortaleceu-se, principalmente no Brasil, como resposta ao cenário econômico de desemprego e pobreza, mas podemos considerá-la para além de uma forma diferente de produzir, mas como uma forma diferente de 'estar no mundo', de se relacionar com as outras pessoas e com o meio ambiente (Singer, 2005). Para Batista Filha, Martins e Guimarães (2012), a identidade de ser um trabalhador da ES está diretamente relacionada à prática e ao respeito aos seus princípios, a ver: I) a democracia; II) a cooperação; III) a valorização do saber local; IV) a valorização da diversidade; V); a centralidade no ser humano VI) a justiça social na produção, na comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico; VII) o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras; VIII) a autogestão; IX) a emancipação; X) a valorização da aprendizagem e da formação permanente.

O princípio da democracia fortalece a ideia de que é preciso haver respeito com as opiniões de todos, assim como o envolvimento de cada um na produção. Assim, todas as opiniões devem ser igualmente consideradas na tomada de decisão coletiva. A cooperação relaciona-se ao modo como se darão as interações sociais entre os trabalhadores dentro do EES, que deve se dar por meio das trocas recíprocas, ao invés da competitividade. O princípio da valorização do saber local está relacionado ao entendimento de que o modo de ser e fazer de uma comunidade é fruto de uma construção coletiva e, principalmente, histórica. (Batista Filha, Martins & Guimarães, 2012).

O princípio da centralidade no ser humano representa uma inversão de prioridades em relação ao MPC. Uma das principais particularidades da ES, por meio deste princípio, consiste na prioridade pela preservação do trabalho, em contraposição à busca por excedente econômico (Singer, 2015). Já o princípio da valorização da diversidade indica a importância de não haver qualquer tipo de discriminação (de raça, etnia, crença, cor e gênero), como o reconhecimento de que todos são iguais. O princípio da justiça social tem como alicerce a crítica às relações de produção que fundamentam o MPC, baseadas na distribuição desigual da riqueza produzida, tendo como consequência a desigualdade social (FBES, 2018). O cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras também é um princípio ligado à busca pela eficiência

social, por meio de uma relação harmoniosa com a natureza, com vistas à qualidade de vida e ao equilíbrio com o ecossistema (Jesus & Sparemborg, 2009).

O princípio da autogestão remete à forma de os trabalhadores se relacionarem no processo produtivo, constituindo-se como uma quebra substancial em relação a uma empresa capitalista. A autogestão requer a percepção e o controle coletivo do processo de produção, algo que só se concretiza a partir da ação coletiva e gradual dos envolvidos. Controlar requer, primeiramente, conhecer o processo produtivo na sua totalidade, mas também promover a articulação dos diferentes saberes dos(as) trabalhadores(as) que, de forma democrática, estarão subvertendo a lógica do capital. Desta forma, a autogestão deve ser considerada enquanto processo pedagógico (Novaes & Castro, 2011). Por meio da emancipação, enquanto princípio da ES, evidencia-se a dimensão política e de caráter transformador da ES, pois refere-se à busca individual e coletiva pela transformação de todos em sujeitos de suas próprias histórias (Oliveira, 2017), ou seja, a busca por liberdade.

Freire (1987) defende que a busca pela liberdade (emancipação) requer que os oprimidos expulsem a sombra dos opressores que está introjetada no seu agir e pensar. Para tal, é necessário que eles “preenchem o “vazio” deixado pela expulsão, com outro “conteúdo” – o de sua autonomia” (Freire, 1987, p. 22). A autonomia, portanto, está relacionada à capacidade de reflexão crítica do cenário de opressão a que o oprimido está submetido e da construção de uma diferente forma de agir e pensar.

O décimo princípio da Economia Solidária refere-se à valorização da aprendizagem e da formação permanente. A formação técnica é imprescindível, já que o trabalho desempenhado pelos trabalhadores da ES requer o profundo entendimento de todo o processo produtivo, como fruto da reflexão, da prática, do conhecer, do aprender, do criar e modificar. Mas, para além disso, é preciso valorizar espaços de aprendizagem que fortaleçam uma visão de mundo diferenciada, não centrada no capital (Freire, 1996), fomentada pela práxis dos princípios da Economia Solidária. Sendo assim, o trabalho desempenhado na Economia Solidária precisa ser retroalimentado por uma formação que estimule o seu alicerce, uma educação que fortaleça uma cultura solidária.

Nas palavras de Gadotti (2009):

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias (p. 33).

Diante do exposto, não é difícil imaginar o quão desafiador é o cotidiano desses grupos de trabalhadores(as), visto que muitos(as) deles(as), por terem históricos de vida marcados pela exclusão, não possuem a educação básica completa, muito menos alguma formação de caráter técnico-científico. Grande parte deles(as), antes vinculados(as) à economia capitalista, eram subjugados(as) como meros fatores e produção, sem capacidade e estímulo para qualquer tomada de decisão e autonomia.



O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES (2015), no Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), elenca os desafios a serem enfrentados para a consolidação da ES enquanto estratégia de desenvolvimento. Dentre eles, destacam-se: I) A formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos que orientem as práticas educativas na economia solidária, tendo como referência a Educação Popular; II) A consolidação de uma identidade e linguagem própria; III) O fortalecimento da autogestão que, muitas vezes incompreendida, gera baixo compromisso, além de fortalecer a persistência de comportamentos individualistas e desagregadores; IV) o estímulo à organização interna para sanar deficiências de gestão.

Ao levar em consideração a dimensão prática, política, social e formativa, a práxis da Economia Solidária tem, portanto, além da autogestão, o eixo formativo, que precisa ter como base a pedagogia do trabalho associado.

Logo, os desafios para esses tipos de empreendimentos vão além do aspecto mercadológico e serão mais facilmente ultrapassados a partir do fortalecimento de uma visão crítica do mundo que os cerca, a fim de tornar-se combustível para o desempenho das atividades cotidianas do empreendimento. Esta visão crítica e os aspectos operacionais de estímulo à formação técnico-científica devem ser fomentados via educação não formal, de modo a contribuir, como tarefa pedagógica, com o fortalecimento dos(as) trabalhadores(as) da ES, envolvendo a ação de transpor os muros das escolas.

Vale lembrar que as trocas de saberes da educação não formal ocorrem nos mais diferentes espaços, com respeito às diferenças de aprendizagem, com flexibilização dos conteúdos e utilizando-se de metodologias alternativas que partam dos valores culturais da comunidade. Nestes espaços, não se vê o papel do professor, e sim do educador (Gohn, 2010). Além disso, o processo é voltado para os interesses e as necessidades daqueles(elas) que participam, “A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando serem aprendidos, mas (...) por meio da vivência de certas situações-problema” (Gohn, 2010, p. 111). Desta forma, a educação não formal, direcionada aos trabalhadores e trabalhadoras da ES, precisa estar embasada nas abordagens pedagógicas sugeridas pela educação popular.

Segundo Zitkosk (2010), o diálogo entre educação popular e ES é necessário. Isso porque a Educação popular representa uma diversidade de experiências pedagógicas que convergem com o desafio da emancipação e formação humana, como proposto pela ES.

Os desafios colocados para a Educação Popular, na perspectiva de desenvolver projetos com potencial de emancipação social, apontam para a necessidade de dialogar com novas experiências de luta contra-hegemônica e de construção de uma cultura de resistência diante dos processos de exclusão social. Dentre o novo, se colocam as experiências de economia solidária na busca de construir uma nova cultura do trabalho e do empoderamento dos oprimidos para lutarem por transformações sociais em favor das classes populares (Zitkosk. 2010, p. 104 e 105).

Desta forma, as intervenções pedagógicas propostas por Paulo Freire viabilizam um projeto de trabalho coletivo e solidário, a ser mais bem desenvolvido por meio da educação não formal.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo tem caráter exploratório e descritivo. Em relação à abordagem do problema, caracteriza-se como predominantemente qualitativa, ao possibilitar o levantamento de opiniões, de crenças e de significados nas palavras dos participantes da pesquisa. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os integrantes da coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região – FES-GR, composto por seis representantes de empreendimentos, além de quatro representantes de entidades de apoio.

Os instrumentos utilizados para o levantamento das demandas educativas dos trabalhadores e trabalhadoras da ES foram: I) Grupo Focal e II) Entrevista semiestruturada. Esses instrumentos tiveram o suporte de um roteiro pré-estabelecido com 13 perguntas norteadoras que versaram sobre a conjuntura de constituição dos EES, o conceito de autogestão, problemas para garantir a autogestão e a relação entre autogestão e autonomia. Vale destacar que esta pesquisa é parte de um estudo mais abrangente, que visa estudar as contribuições para a formação omnilateral, de caráter emancipatório dos EES. Desta forma, foi realizado um recorte das contribuições dos sujeitos da pesquisa, a fim de atingir objetivo proposto aqui.

A aplicação do grupo focal deu-se no mês de agosto de 2019, em uma sala do Instituto Federal da Paraíba – *Campus* Guarabira. O momento contou com a participação de oito integrantes do FES – GR, foi gravado e filmado, para posterior transcrição.

Foram também realizadas entrevistas. Optou-se pelo uso da saturação teórica, com vistas a limitar os sujeitos envolvidos nas entrevistas, mas, ao mesmo tempo, garantir um complemento ao grupo focal. Desta forma, foram realizadas três entrevistas, ocorridas também no mês de agosto de 2019. Esses momentos foram, também, gravados e filmados, no intuito de que não se perdessem informações relevantes, literais e extraliterais, para posterior análise. As três pessoas que foram entrevistadas diretamente atenderam aos critérios: são participantes da coordenação do FES-GR; uma delas não participou do grupo focal por falta de disponibilidade; a outra participou e foi uma das mais participativas, apresentando profundidade reflexiva sobre a temática, e a terceira participou, mas foi a menos atuante, talvez por ter vergonha de se expressar em público.

Todos os participantes do grupo focal e das entrevistas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os procedimentos propostos por esse trabalho foram aprovados pelo Comitê de Ética do IFPB.

Para a análise dos dados, foi empregado método de análise de discurso, seguindo a linha francesa. Em geral, a análise de discurso é a prática de análise que considera que o discurso do sujeito não é transparente, mas efeito da história, assim como os sujeitos do discurso são seres de linguagem psicossociais. Desta forma, o analista dá sentido à multiplicidade do discurso a partir da linguagem, e o sentido não é dado de antemão, mas construído no transcorrer da interação. Em relação à linha francesa de interpretação, esta caracteriza-se por articular o aspecto logístico com o social e o histórico (Pêcheux, 2002).



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalhador e a trabalhadora da ES se deparam com o desafio cotidiano, que é trabalhar em grupo e de forma autogestionária. Isso porque muitos deles carregam o histórico de trabalharem em empresas capitalistas, cujas relações de produção e a forma de produzir em si estimulam o individualismo e a submissão. Quando questionados sobre a autogestão na prática, percebe-se que participação efetiva dos trabalhadores de forma autogestionária requer, *a priori*, a noção de responsabilidade e corresponsabilidade na tomada de decisão. Mas o que estimula a corresponsabilidade? Observa-se essa preocupação nos depoimentos a seguir.

As discussões, às vezes acalora, né? As discussões, mas... mas depois a gente chega sempre a um consenso e trabalhar sempre com essa ideia, né? **Que a responsabilidade é corresponsabilidade.** (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Então, eles aos poucos passaram a perceber que a feira não dependia de mim, dependia de cada um de nós, então se eu tivesse ausente, eles topavam, se eles não tivessem, eu tava lá com quem tivesse pra topar. **Isso é autogestão, agora pra fazer autogestão, a gente precisa de um certo equilíbrio, tem uma responsabilidade, né?** (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Trazer essa perspectiva da responsabilidade solidária, onde cada componente, né? Ela... ele também se responsabilize e pense a instituição ou pense o empreendimento enquanto um todo, né? (...) essa responsabilidade que ela deve ser incorporada por cada um... por cada um que faz parte de um empreendimento, de **saber também fazer essa diferenciação do que é uma autogestão numa perspectiva solidária** (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Podemos encontrar uma relação íntima entre responsabilidade e o sentimento de pertencimento. O sentir-se pertencente a um grupo pode estimular a responsabilidade nas tarefas e o entendimento de que o empreendimento também é deles, que a produção é deles. O depoimento a seguir possibilita essa reflexão.

Na Economia Solidária você não tem patrão, você não tem empregado, **mas o cliente, ele é o [...] ele é o todo, é o patrão**, ele é quem dá sugestão, chega: ah, eu gostaria que isso fosse assim! Então a gente tem que adequar aquela vontade, porque você vai perdendo a renda, né? (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

O entrevistado usa, em seu discurso, categorias próprias do Modo e Produção Capitalista, como o uso dos termos patrão e empregado, na perspectiva de reconfigurar essa relação, colocando o cliente como o patrão. A ideia por trás desse raciocínio reside nas duas lógicas distintas presentes entre os EES, segundo IPEA (2016): a empresarial e a solidária. Além disso, este depoimento fortalece a ideia de Gadotti (2009) de que a prática da ES envolve uma mudança cultural somente possível por meio da formação.

Como parte desta mudança cultural, tem-se a necessidade de se entender a autogestão na perspectiva da ES, ou seja, na perspectiva da gestão solidária. Constituindo-se como pilar da ES, a autogestão é um modo diferente de administrar o grupo produtivo. Faz parte da autogestão, portanto, a noção da inexistência de hierarquia. Desta forma, o papel do patrão deve ser substituído pelo grupo. Este grupo deve apropriar-se de todo o processo que envolve a idealização, produção e comercialização do produto ou serviço, e participar democraticamente dos momentos de decisão, da construção cotidiana da equipe que irá desenvolver o pensamento coletivo.

Seria o grupo sentar nas necessidades que cada um tem, pensar o trabalho, pensar as formas de fazer o trabalho e pensar as formas de vender o produto do trabalho. Seria essa questão de **pensamento coletivo**, né? [...] individualmente você ter... ter as condições de administrar o que você se propõe a fazer, né? Qualquer coisa que você propõe a fazer e você vai [...] vai desenvolvendo essa... essa capacidade de organizar, de pensar, de planejar, de encaminhar aquilo que você decidiu fazer, e como empreendimento seria isso em grupo, que gera um pouquinho mais de trabalho porque significa **chegar a um consenso de objetivo**, de planejamento, de encaminhamento e isso dá bastante trabalho, **e os empreendimentos não têm tanta capacidade, não estão tão capacitados pra essa [...] pra esse gerenciamento ainda**, talvez porque nem tenha essa [...] essa capacidade ainda de um planejamento pessoal, de organização, então no grupo é um pouquinho mais difícil ainda. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Assim, na opinião do entrevistado acima, existe uma dificuldade de se colocar em prática a construção coletiva, fruto de uma incapacidade que, segundo sua interpretação, é proveniente da falta de capacitação e manejo para gerenciamento. Mas como estimular o pensamento coletivo? Que tipo de capacitação seria necessário para sanar essa dificuldade?

Colocar em prática a autogestão é um processo cotidiano de fortalecimento dos fundamentos que sustentam a ES enquanto perspectiva ideológica: corresponsabilidade, pensamento coletivo e democracia solidária. O entendimento e a práxis desses fundamentos precisam estar presentes nos espaços formativos.

Apesar de se fazer presente a divisão das tarefas, o entendimento de todo o processo produtivo, por parte de todos os trabalhadores, é essencial para a prática efetiva da autogestão. Os depoimentos abaixo trazem a discussão sobre o saber coletivo, o compartilhamento do conhecimento e a falta de planejamento na organização da produção.

Tem que ter [...] Então, de qualquer forma, **todo mundo tem que saber de alguma coisa, mas tem aquele que a pessoa se identifica mais**. Então, aquilo que mais me identifica, mais tem que fazer. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

Eu percebo que sempre tem aquela ou a [...] sempre tem aquela que fez um curso, né? Que sabe mais. Então, no caso das mulheres que produzem sabão tem aquelas que fizeram curso pra aprender, né? E **aprendeu a fazer o sabão e elas repassaram as informações pras outras**. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Acho que eles têm noção inteira, não acho que eles [...] eles façam em pedaços não. Só a forma de se organizar é que chega e faz, né? **Não é aquela coisa pensada** como uns empreendimentos assim já de maior organização, as cooperativas, por exemplo, né? (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Um dos entrevistados, acima, destaca a experiência de compartilhamento do conhecimento adquirido em espaços formativos que, em geral, são frequentados por um dos integrantes do empreendimento, enquanto os demais garantem a continuidade da produção. Entretanto, apesar de possuírem uma visão completa da produção, um dos entrevistados destaca que a prática do “chegar e fazer” não tem sido acompanhada de uma organização prévia, de um pensar coletivo antes da ação. De fato, a organização do processo produtivo ainda é um desafio. A prática tem ditado a tomada de decisão cotidiana, principalmente no que tange à divisão das tarefas, mas já se torna uma preocupação a falta de planejamento, que poderia tornar o processo mais organizado e passível de projeções em médio e longo prazos.

Não acho que elas sentaram e disseram: olha, a sua função vai ser essa, a sua função vai ser essa. **Foi simplesmente se organizando na prática**, na vivência lá do trabalho. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Mas é porque existe [...] **eu sinto uma falta de planejamento**, muita coisa, às vezes, não acontece por conta de um planejamento. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso).

Segundo Rosses (2014, p. 99), “O planejamento compreende um processo consciente e sistemático de tomada de decisões relativas a objetivos e atividades que uma pessoa, um grupo, uma unidade ou uma organização buscarão no futuro”. É a partir dele que metas são traçadas e métodos são escolhidos para se chegar a um determinado objetivo, constituindo-se, portanto, como o ponto de partida da administração. Por isso, a administração desenvolve instrumentos de planejamento. Mas vale lembrar que estamos lidando com a necessidade de um planejamento coletivo para fins solidários, e não para a busca pelo lucro. Logo, os instrumentos para isso precisam ser pedagogicamente reestruturados para atender às demandas desse público específico.

Também foi observada, a partir dos depoimentos, a falta de compreensão sobre o trabalho em grupo, justificada por um dos entrevistados por uma falta de credibilidade no que fazem.

Eu acho que não tem essa coisa organizada não, até porque isso já é um resultado de uma autogestão, e acho que a maior [...] **a maior fragilidade é essa falta de autogestão**. Então, não acho que seja muito assim não, organizado não. Alguns ainda esperam por outros, se [...] se aquela não [...] não puxar, a coisa não vai funcionar [...] Eu acho que eles **não conseguem ter uma compreensão ainda de como um grupo se organiza**, mas acho também que é um pouco de **falta de credibilidade** no que eles mesmo fazem. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

De fato, para o grupo se fortalecer enquanto grupo é preciso, primeiramente, acreditar no diferencial que se tenta construir a cada dia. O entendimento de que o seu produto fortalece um movimento mais amplo, chamado de Movimento de Economia Solidária, e a crença nos seus princípios ajudam na construção coletiva e no próprio fortalecimento deste movimento. Essa necessidade fica evidente quando se percebe o desconhecimento do que é autogestão, mesmo sendo um dos pilares da ES.

Falta a **compreensão do que é autogestão, a compreensão do que é empreendimento**, a compreensão do [...] do valor do seu trabalho que passa por uma [...] por uma questão de autoestima também do meu valor como pessoa nesse grupo. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Mas **não vejo, né? Que todos tenham essa [...] essas informações**, né? Que todos percebem que estão praticando uma economia solidária, autogestão.” [...] Então, a gente sabe que tem vários grupos que vivem numa perspectiva de economia solidária e não sabem, não (têm nenhuma) identificação, como tem outros que estão iludido, vive fazendo um trabalho muito de [...] **que está mais aliado ao capitalismo** do que à economia solidária, mas acha que é economia solidária. Então, eu acho que tem também esses processos, tem esses **autoenganos**. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Destaca-se, dos relatos acima, que, dentre as dificuldades de colocar em prática a autogestão, está o fato de muitos não possuírem o entendimento do que é autogestão, muito menos que é uma característica basal da ES. Ainda há aqueles que não se reconhecem enquanto ES, apesar de praticarem-na. Um dos entrevistados, inclusive, usou o termo “autoenganados”, como denominação para o desconhecimento do que é, de fato, Economia Solidária. Deste modo, a demanda por processos formativos direcionados aos princípios da ES está dada. Ainda, agrava-se

essa demanda o fato de muitos iniciarem o processo produtivo sem uma reflexão acerca da ES, como se vê nos depoimentos abaixo.

É, não começou assim, né? **A gente não começou praticando autogestão**, né? Como eu falei, veio a ideia por conta da necessidade de capitalizar de fazer a captação de recursos e a proposta da [...] das finanças solidárias apareceu como uma alternativa, daí veio a economia solidária. **E o que era a economia solidária?** [...] Então, quando começamos, **não existia essa preocupação com a autogestão**, né? Eu estava na coordenação do projeto. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Na busca por soluções, os entrevistados dialogam em torno da constituição de um cronograma com momentos de formação de forma planejada. Percebe-se a angústia de buscar uma reflexão concomitante com a prática em si.

[...] fazer, sei lá, **um cronograma**, aí vai pra um empreendimento, faz essa palestra. Até porque eu acho que é necessário. (ENTREVISTADO 1, grifo nosso)

Você tá falando que além [...] seria pensar de forma ordenada, orquestrada, né? **Planejamentos, formação** [...]. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Projetos. (ENTREVISTADO 1)

É, um projetozinho. Entendi. (ENTREVISTADO 6)

A autonomia econômica, política, operacional etc. é precedida e acompanhada, de forma dialética, pela compreensão do que se está construindo, ou seja, do entendimento do que é ES, do que é autogestão, como destacado há pouco. Para além destes conceitos, um dos entrevistados confessa não entender o que é autonomia, como se observa a seguir.

Vocês [...] vocês se sentem autônomas? Você entende o que seria um grupo autônomo? (PESQUISADORA)

**Eu vejo falar, mas eu não entendo.** (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Se não tiver um bom entendimento da conjuntura, o empreendimento, ele pode ter problemas de autonomia? (PESQUISADORA)

Sim, sim. (ENTREVISTADO 3)

Com certeza. E não só de autonomia, **mas também de entendimento do que que é autonomia**, sabe? [...]. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

**O que que é economia solidária. É, o que que é economia. O que que é autogestão**" (ENTREVISTADO 8, grifo nosso).

A necessidade de uma educação direcionada aos valores e aos princípios da ES, uma educação libertadora, fica evidenciada em outros momentos. Quando questionados sobre os processos formativos de que participam e/ou dos quais gostariam de participar, além das demandas a título de capacitação, percebe-se a angústia de se entender mais sobre a própria Economia Solidária, como se observa a seguir.

Se eles compreendessem, se os empreendimentos **compreendessem a ideia de economia solidária, o que [...] quais são os valores que estão nessa prática**, já seria uma formação política muito [...] muito grande. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

Desde a **própria teoria do que que é economia solidária**, né? [...] acho que uma das formações que eu acho que [...] que a gente deveria construir, seria **formação que perpassse por intercâmbios, né?**

**De conhecimento de outras realidades**, de outros fóruns, de outros grupos, de outras organizações, né? Tanto empreendimento como ONGs ou até universidades que trabalham com isso, né? (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Destaca-se, no depoimento acima, a sugestão de formações via intercâmbios, com vistas a conhecer a realidade de outros grupos e empreendimentos. De fato, o perfil dos trabalhadores da ES está mais direcionado ao aprendizado via prática e vivências, indo para além dos aspectos teóricos. Essas práticas são possíveis mediante o fomento de estratégias de ensino-aprendizagem construída na educação em espaços não formais, como defendido por Gohn (2010).

Especificamente no que tange à formação técnica, os depoimentos a seguir mostram uma demanda maior na formação sobre aspectos da gestão do empreendimento, tais como gerenciamento de recurso, vendas, divisão das tarefas, repartição das sobras, organização do tempo de produção etc.

De coletivo, de participação, de gerenciamento de recurso, de marketing. Tem um monte de coisa [...] **Gerenciamento dos recursos**, como eles vão organizar esse [...] esse valor do produto, essa [...] a **venda do produto**, a parte de lucro, o que é lucro, o que que tem que ficar pra poder gerar [...] gerar [...] circular [...] Uma ideia mais clara de quem... quem pode ser o **vendedor do produto**[...] E assim, como [...] como fazer o tempo, como **organizar o tempo** pra que tenha uma boa produção, uma boa produção sem [...] sem prejudicar o que cada uma faz, organizar um pouquinho essa divisão de tempo. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

Orientar a gente. (ENTREVISTADO 2)

Pode orientar em quê? (ENTREVISTADO 8)

**Na produção, em [...] nas vendas, essas coisa. A gente quer gente que ensine a gente a caminhar. Ensine a gente caminhar.** Eu não preciso assim, vamos dizer assim, totalmente, que ele me dê dinheiro, eu não preciso [...] vou te dar tanto. Não, **eu quero que ele me ensine. Porque eu tenho saúde pra trabalhar. Eu quero que ele me ensine.** (ENTREVISTADO 2, grifo nosso)

Destaca-se o apelo para que sejam fomentados momentos de aprendizagem, via compartilhamento dos conhecimentos de que eles precisam para conseguir trabalhar.

Diante do exposto, algumas demandas formativas se evidenciaram nesta análise. Viu-se a importância da constituição de grupos fortes e conscientes do papel que desempenham na sociedade, enquanto trabalhadores da ES, para conseguir colocar em prática uma efetiva ES. Para isso, o entendimento do que é ES e seus princípios deve ser o ponto de partida. Além disso, esses trabalhadores anseiam por espaços de aprendizagem, possuem demandas urgentes relacionadas ao planejamento e a aspectos técnicos, da gestão propriamente dita.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em autores de referência sobre o assunto, discutimos o papel que a educação desempenha no Modo de Produção Capitalista e seu potencial para a construção de outra sociedade. A partir da concepção de que a educação pode ser realizada em espaços diversos, é possível considerá-la, principalmente em se tratando da educação não formal, como instrumento de cidadania, libertação e emancipação, ainda mais se aliada à educação popular.

Este tipo de intervenção pedagógica é capaz de fortalecer a ES, já que tem o potencial de proporcionar espaços formativos que visem à formação humana, de maneira integral e abrangente, com vistas a romper com as estruturas sociais desiguais. Os trabalhadores da ES precisam de espaços formativos focados nos aspectos da gestão do empreendimento, no planejamento, mas que, *a priori*, fortaleçam os princípios da ES. Desta forma, sugere-se o fomento de pesquisas direcionadas a sanar essas dificuldades, trazendo, principalmente, intervenções pedagógicas adaptadas a esse público específico.

## 6 REFERÊNCIAS

- Afonso, A. J. (2001). Os lugares da educação. In.: Simson, O. R. M. V., Park, M. B., & Fernandes, R. S. (Orgs). *Educação não formal: cenários da criação*. São Paulo: Editora Unicamp (pp 29-38).
- Almeida, M. S. B. (2014). Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem. *Cadernos PNE: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. V. 02 (Versão online). Recuperado de: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uel\\_bio\\_pdp\\_maria\\_saete\\_bortholazzi\\_almeida.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_bio_pdp_maria_saete_bortholazzi_almeida.pdf)
- Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Batista Filha, M. J. T.; Martins, M. L. R. S.; & Guimarães, V. M. G. (2012). *Mãos que constroem vidas: relatos de experiência*. João Pessoa: IFPB.
- Conselho Nacional de Economia Solidária (2015). *1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*. Recuperado de: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2018). *O que é Economia Solidária*. Retirado de: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>
- Gadotti, M. (2009). *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Gohn, M. G. (2010). *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, M. G. (2011). *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez.



- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Retirado de: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf)
- Jesus, T. S.; SpareMBERGER, E. F. L. (2009). Economia Solidária e ecossociodesenvolvimento: a construção de uma nova percepção de sustentabilidade. *Outra Economia*, v. III, n. 05.
- Libaneo, J. C. (2012). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez.
- Marx, K. H. (2008). *O Capital*. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moura, D. H. (2014). Educação Básica e Profissional no PNE (2014-2024): Avanços e contradições. *Retratos da Escola*, v. 8, p. 353-368. Recuperado de: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/446/577>
- Novaes, H. T; & Castro, M P. (2011). Em busca de uma pedagogia da produção associada. In.: Benini, É.; Sardá de Faria, M.; Novaès, H. T.; & Dagnino, R. (Orgs). *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Expressão Popular.
- Oliveira, B. C.; & Dias, C. S. (2017). Educação não formal: instrumento de libertação e transformação? *Revista Científica da FHO/UNIARARAS*, v. 5, n. 2. Recuperado de: <http://www.uniararas.br/revistacientifica>
- Pêcheux, M. (2002). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes.
- Rodrigues, D. L; & Tamanini, E. (2012). Educação não formal e movimentos sociais - práticas educativas nos espaços não escolares. Trabalho apresentado no IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Recuperado de: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1178/78>
- Rosses, G. F. (2014). *Introdução a administração*. Santa Catarina: Colégio Politécnico UFSM.
- Silva, S. P; & Nagem, F. A. (2012). Dimensões Estruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Análise para os Estados da Bahia e Paraná. *Documentos Técnicos-Científicos*, v. 43, n. 02, 309-326.
- Singer, P. (2005). A economia solidária como ato pedagógico. In: Kruppa, S. M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília: Inep/MEC (pp. 15-20).
- Singer, P. (2015). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- Tiriba, L. (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação*, no. 27, v. 26, n. 1, 69-94. Recuperado de: <http://www.ceeja.ufscar.br/cultura-do-trabalho-tiriba>

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:**

ABREU, T. L. A.; OLIVEIRA, A. A. R. (2023). LA EDUCACIÓN COMO INSTRUMENTO PARA EL FORTALECIMIENTO DE LOS TRABAJADORES DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA. HOLOS, 2(39). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15202>

**SOBRE OS AUTORES:**

T. L. A. ABREU

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

E-mail: [tatiana.abreu@ifpb.edu.br](mailto:tatiana.abreu@ifpb.edu.br)

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0002-4865-1801>

A. A. R. OLIVEIRA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

E-mail: [tatiana.abreu@ifpb.edu.br](mailto:tatiana.abreu@ifpb.edu.br)

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0002-4865-1801>

**Editor(a) Responsável:** Francinaide de Lima Silva Nascimento

**Pareceristas Ad Hoc:** Valentín Martínez-Otero Pérez; Marlúcia Menezes de Paiva



**Submetido:** 14 de setembro de 2022

**Aceito:** 20 de janeiro de 2023

**Publicado:** 1 de abril de 2023